

9AC

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 87 - 2ª quinzena de Maio/94 - CR\$ 1.500,00



Foto: Paz Imagem

Valeu a espera

9º Encontro Nacional oficializa a candidatura de Lula à presidência da República, aprova o Programa de Governo e define a tática de campanha. Leia as principais emendas aprovadas nas páginas 4 e 5.

ALIANÇAS

**As resoluções do
9º Encontro
Nacional sobre
Rondônia e Ceará
Página 6**

PREFEITURAS

**Anulado o
processo de
cassação contra a
prefeita de São
José dos Campos
Página 8**

ELEIÇÕES

**Nossos
candidatos nos
Estados
Página 3**

BANCADAS

**Bancada Federal
denuncia acordo
político para
livrar Fiúza
Página 7**

Manhê, o Zezinho falou CUT

Não deu pra rir porque a coisa é grave e séria demais. Mas foi de um ridículo inominável assistir aos tele(guiados) jornais do dia 11, quarta-feira, quando os panqueicados rapagões e moçoilas que apresentavam o noticiário informavam a situação social e política deste miserável país de miseráveis. O leitor deve estar lembrado que, nesse dia, uma série de greves aconteciam, principalmente a dos transportes urbanos e a dos servidores públicos da Previdência, da Educação, da Saúde e da Polícia Federal. Ao mesmo tempo, o candidato petista Lula mantinha encontros com empresários e banqueiros norteamericanos. Melhor do que isso, só duas Míriam Cordeiro!

Não consegui anotar, mas as bocas lindas e as vozes sonoras dos âncoras das TVs, todas sem exceção, devem ter falado pelo menos trinta vezes a expressão "ligados à CUT".

"Os médicos, de sindicato ligado à CUT". "Motoristas e cobradores, de sindicato ligado à CUT". "Professores pertencentes à Apeoesp, ligada à CUT". Ou seja, todo o inferno causado

pela falta de transporte, pela falta de aulas, pela falta de atendimento hospitalar e até pela ameaça ao "direito de ir e vir" para o Exterior não era causado pelo arrocho salarial, mas por pessoas ou entidades ligadas à CUT.

A TV Manchete chegou ao êxtase, através de análises de seus apresentadores. Sérgio Rondino, de São Paulo, com a astúcia própria de telejornalistas, afirmou que a "coincidência de tantas greves parece mais que coincidência" e deixou no ar as reticências da meia goma que marca o seu "jornalismo corajoso". Em seguida, do Rio e de suas garrafas lentes, Villas-Boas Correia não entendeu "porque o PT, que tem tudo para ganhar as eleições, faz essas burrices". Ou seja, ele decidiu que as greves são burras, que é o PT quem as promove e não entendeu a burrice do PT. Carlos Chagas, de Brasília, também não entendeu, é claro. Jornalismo mais chulé que esse só o do Alberico Souza Cruz-credo da Globo(sta). Embora ridículo, o procedimento é também safado e teve, tem e terá, até o dia das eleições, o indissociável propósito de "antecipar" como será o futuro, caso Lula ganhe as eleições e, naturalmente, a CUT governe — já que Lula, coitado, é 'refém dos radi...

Aliás, essa história de fazer o sinal da cruz quando se fala em CUT lembra um antiquíssimo anúncio da Volkswagen, na década de 60. A empresa estava lançando no Brasil o chassi monobloco. Como a palavra era novidade, a propaganda da VW a introduzia como se fosse um palavrão. Nos anúncios aparecia um garotinho se esgoelando: "Paiê, o Zezinho falou monobloco!". Aí entrava o locutor e explicava a nova tecnologia e as vantagens do monobloco. Se o tele(guiado)jornalismo continuar como está, até o dia da eleição vai ter criança gritando: "Manhê, o Zezinho falou CUT!". Aí entram o Amin e a Míriam e contam tudo...

Erazê Martinho
Vereador do PT- Jundiáí- SP

EDITORIAL

Unidade confirmada

O Partido dos Trabalhadores unido, sem crises e divisões. Este é o saldo do 9º Encontro Nacional do partido, realizado nos dias 29 e 30 de abril e 1º de maio, que deu à candidatura Lula um programa de reformas estruturais, dotou-a de uma tática eleitoral baseada na polarização e na mobilização, a partir de alianças programáticas. Mesmo com todo ataque à direção partidária ocorrido nos últimos meses, foi aprovado por unanimidade — ressaltadas poucas emendas — o documento de balanço, conjuntura e linha de campanha, apresentado pelo Diretório Nacional. Foi a reafirmação da política traçada pelo 8º Encontro, realizado em 1993. O Encontro aprovou, também, o lançamento de candidatura própria do PT no Ceará, rompendo a aliança com o PSDB de Tasso Jereissati. Orientação semelhante foi dada ao PT de Rondônia, que havia aprovado uma aliança com o PMDB local, presidido por Ronaldo Aragão, um dos "anões" do Orçamento.

Dívida e Reforma Agrária

A maior polêmica programática ficou por conta do debate da dívida externa. Segundo a resolução aprovada, o governo democrático-popular enfrentará de maneira soberana a questão do pagamento, podendo suspendê-lo, e fará gestões políticas e jurídicas no sentido da contestação do

acordo com os bancos credores que o ex-ministro Fernando Henrique fez questão de assinar ao apagar das luzes de sua gestão à frente da Fazenda.

Também no debate programático, reafirmou-se a reforma agrária e uma nova política agrícola como um dos principais eixos do governo democrático e popular.

Sobre fidelidade partidária, o vice-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, e a deputada federal e candidata ao Senado por Santa Catarina, Luci Choinaski, defenderam a perda de mandato daqueles parlamentares que romperem com as diretrizes partidárias. Esta resolução foi aprovada. A fala final de Lula foi o ponto alto do Encontro. Já oficializado como candidato do PT à Presidência da República, Lula deixou claro que não enganará o povo: fará uma campanha de esquerda e um governo de esquerda. À militância petista Lula orientou a ofensiva na defesa do socialismo.

Um novo presidente

À imprensa só restou especular sobre a "queda de braço" entre Lula e os "radicais", mesmo com o resultado do Encontro: ampla unidade do PT em torno de Lula, democracia interna petista fortalecida e o debate sério sobre o programa de governo.

Rui Falcão
Presidente Nacional do PT

BOLETIM NACIONAL

Maio/94
2ª quinzena Nº 87

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 - São Paulo/SP
Fones (011) 223.7999/7904
Fax: (011) 222.9665

Secretário de Comunicação
Markus Sokol

Secretário Adjunto
José Américo Dias

Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321

Editoração Eletrônica
William Aguiar

Assinaturas/Expedição

Ronney Lopes

Impressão

Impressão DCI Editora

Inauguramos

Comemorando o resultado da pesquisa DataFolha, que lhe atribuiu 42% de intenção de votos, Lula inaugurou no dia 6 de maio a sede central de seu comitê de campanha, na Avenida Angélica nº 35, centro de São Paulo. O clima era de euforia, mas Lula tratou de chamar a militância ao trabalho: "Se a eleição fosse hoje, a gente ganhava no primeiro turno, mas até o juiz apitar, enquanto a bola estiver rolando, a gente pode tomar um gol num contra-ataque".

O candidato do PT ao governo de São Paulo, deputado José Dirceu, o Senador Eduardo Suplicy, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Aziz Ab'Saber, membros da direção nacional e da coordenação de campanha estavam entre as cerca de 700 pessoas que participaram da festa. O comitê central Lula Presidente funciona num prédio de três andares, com 3.200 metros quadrados. Lá, além das reuniões de coordenação, vão estar montadas uma agência de notícias, as assessorias, a equipe de comunicação — propaganda de rádio e TV — um banco de dados, um bar e uma lojinha de material de campanha. É no Comitê, também, que se reunirá todos os dias o grupo de acompanhamento de conjuntura. Os telefones do Comitê são (011) 826-1570 e 826-0782.

Leia e assine o

BOLETIM NACIONAL

Se você não está recebendo regularmente o Boletim Nacional, ligue pra gente: (011) 223.7999 ramal 232.

Nossos candidatos nos estados



Alguns de nossos futuros governadores: Aloísio Nogueira (AM), Olívio (RS), Tião Viana (AC), Samek (PR), Zezéu (BA), Valdir (PA), Carlão (MG), Teruel (MS), Bittar (RJ), Vitor (ES) e Cristóvam (DF).

O quadro eleitoral que aqui apresentamos deve sofrer alterações, que dependem de definições nacionais. Ainda estamos sem candidato no Ceará e em Rondônia (veja resolução do 9º Encontro na página 6); em Santa Catarina — onde o leque de alianças encaminhado com o PSDB sofreu instabilidades com a candidatura de FHC — e em Roraima.

Estado	Governador	Coligações
Acre	PT-Sebastião Viana	PSB, PCdoB, PPS, PST-U e PV
Alagoas	PSB - Marcos Vieira	PSB, PC do B, PPS, PDT, PRP e PV
Amapá	PSB-João A. Capiberibe	PSB, PCdoB, PPS, PDT e PV
Amazonas	PT-Aloísio Nogueira	PPS, PST-U, PV, PTdoB
Bahia	PT-Zezéu Ribeiro	PSB
D.F.	PT-Cristovam Buarque	PSB, PCdoB, PPS, PST-U e PCB
Esp. to	PT-Vitor Buaiz	PSB, PCdoB, PPS, PMN, PV, PL, PRP
Goiás	PT-Luiz Antônio	PCdoB, PST-U, PV e PMN
Maranhão	PDT-Jackson Lago	PCdoB, PPS, PDT, PMN, setores PSDB
MT	PDT-Dante de Oliveira	PDT
MS	PT-Pedro Teruel	PPS, PST-U
MG	PT-Carlão	PSB, PC do B, PPS, PST-U e PV
Pará	PT-Valdir Ganzer	PST-U
Paraíba	PT-Avenzoar Arruda	PSB
Paraná	PT-Samek	PSB, PCB
PE	PSB-Miguel Arraes	PSB, PC do B, PPS, PV e PMN
Piauí	PT-Roberto Nazarrero	PSB, PST-U, PMN
RJ	PT-Jorge Bittar	PSB, PCdoB, PPS, PST-U e PCB
RN	PT-Fernando Mineiro	
RS	PT-Olívio Dutra	PSB, PCdoB, PPS, PST-U, PV, PCB
São Paulo	PT-José Dirceu	PSB, PCdo B, PPS, PST-U, PCB
Sergipe	PDT-Jackson Barreto	PSB, PCdoB, PDT, PV, PCB, PMN, PP
Tocantins	PT-Neilton Araújo	

Coluna do Candidato

Passado o 9º Encontro Nacional do PT, a principal atividade de nosso candidato à presidência foi a viagem aos Estados Unidos, onde realizou importantes contatos com representantes do governo daquele país. Destacam-se, entre eles, o encontro com o presidente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Enrique Iglesias e com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso dos EUA, senador Christopher Dodd — em pauta as relações bilaterais. Lula reuniu-se, ainda, com os sindicalistas da AFL-CIO.

Durante sua permanência nos Estados Unidos Lula fez um pronunciamento no Congresso sobre seu Programa de Governo e respondeu a questões levantadas pelos deputados (como, por exemplo, aborto). Fez uma palestra em Harvard (Boston), no Conselho das Américas, sobre a política para a América Latina e participou do debate "Alternativas para a Amazônia" promovido pela entidade ambientalista Amanaka'a. Também convervou com banqueiros e investidores na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos e visitou os jornais Washington Post e New York Times.

De volta ao Brasil, no dia 13, Lula desembarca no Rio de Janeiro onde acontece o lançamento do Fórum Nacional pela Democracia, que dará sustentação à campanha.

Integram o Fórum, além do PT, o PSB, PCdoB, PCB, PPS e personalidades de diversas áreas.

Na semana que se segue Lula fica em São Paulo, atende a imprensa e participa da abertura do Congresso Nacional da CUT, no dia 19 de maio.

Entre os dias 27 e 29 de maio nosso candidato estará em Minas, realizando atividades de campanha nas dez maiores cidades do estado. Nos dias 30 de maio e 1º de junho estará no distrito Federal realizando uma mini-caravana para lançamento da candidatura de Cristovam Buarque ao governo.

9º Encontro aprova Programa de Governo

O 9º Encontro Nacional aprovou o Programa de Governo para a candidatura Lula num debate que demonstrou nossa unidade

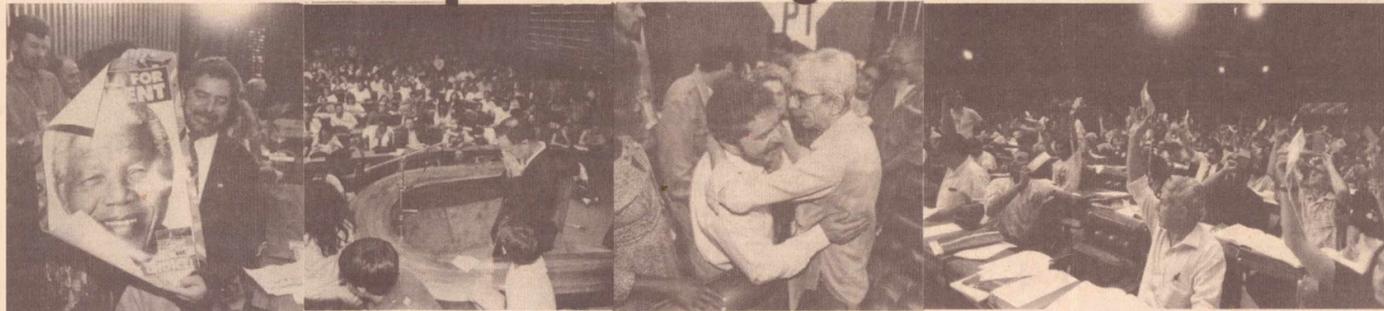


Foto: Paulo Simas

Com base no Projeto, que circulou nos Encontros Estaduais, foram apresentadas cerca de 300 emendas, em grande parte incorporadas. Os 440 delegados presentes deliberaram sobre 16 temas sugeridos pela Comissão de Sistematização. Entre as emendas aprovadas destacamos as seguintes:

Caráter do governo

Aprovado por ampla maioria, o texto que segue é resumo da emenda substitutiva ao item 6 do 1º capítulo do texto base.

“A vitória do PT em 94: mudar radicalmente o Brasil. A conquista do governo pelo PT e seus aliados, nas eleições gerais de 94, e as reformas democráticas e populares alterarão as relações de poder no Brasil. Nessa perspectiva, integram nossa luta pelo socialismo.

O programa democrático e popular substancia um projeto nacional elaborado como resposta dos trabalhadores e do povo à crise do país, num contexto em que as classes dominantes têm revelado seu absoluto descompromisso e seu reiterado desprezo para com os interesses da nação. Esse projeto anti-latifundiário, anti-monopolista, anti-imperialista e democrático-radical, materializa um compromisso de nosso governo em responder de modo conseqüente às demandas nacionais e às exigências populares.

O programa democrático e popular articula-se com objetivos estratégicos socialistas do Partido dos Trabalhadores.

Buscará alterar as bases sociais das relações de poder, através do combate ao apartheid social; a democratização da propriedade, da riqueza e do poder; o combate aos monopólios; reforma agrária; o controle social do setor estatal da economia; a constituição de

um setor público não-estatal do sistema produtivo e de serviços; o estímulo às formas cooperativas de produção e serviços.

Representará, assim, uma verdadeira revolução democrática no País, no sentido de aprofundar a democracia política, as liberdades individuais e coletivas, democratizar a posse da terra e das riquezas, ampliar a participação popular, combater a exclusão social, a segregação e as discriminações e universalizar a cidadania.

O eixo de nosso governo será a participação popular. A socialização da política do poder exigirá reformas institucionais, mecanismos de controle social e democracia direta, democratização dos meios de comunicação. Desta forma, o bloco social interessado nas reformas democráticas e populares ampliará sua força e estabelecerá sua hegemonia na sociedade brasileira.

Não contrapomos, portanto, o nosso governo democrático e popular e a luta pelo socialismo. Lutamos pelo fim da exploração e da injustiça. Lutamos para que homens e mulheres de todas as etnias e origens sociais desenvolvam plenamente suas potencialidades. Lutamos contra a fragmentação e a desigualdade, contra a competição desenfreada na sociedade.

O governo Lula faz parte desta luta, não apenas pelas reformas que realizará, mas principalmente porque imprimirá uma nova dinâmica à sociedade brasileira, em que os setores populares poderão lançar-se rumo a objetivos cada vez mais amplos.”

Aborto

Diferentes setores que apresentaram divergentes emendas substitutivas a

este tema chegaram a um acordo. Levada a plenário, a emenda consensual foi defendida por Gilberto Carvalho, Renato Simões, José Genoíno, Tatau Godinho, Luci Choinachi e Arlete Sampaio.

“No Brasil, a mortalidade materna atinge índices alarmantes, 156 mortes por 100 mil nascidos vivos, constituindo-se o aborto uma importante causa de óbitos. Estima-se que mais de 2 milhões de abortos são realizados anualmente no país. Como resultado desta lamentável situação, verifica-se um grande número de óbitos e seqüelas físicas e psicológicas (...) Em função deste quadro de flagrante atentado à saúde pública, a questão do aborto torna-se relevante para a sociedade e para um governo democrático popular.

O recurso ao aborto não é método anticonceptivo. Daí a importância de garantir o acesso das mulheres a todos os métodos anticonceptivos não prejudiciais à saúde, com orientação médica, e que seja incentivado o desenvolvimento de pesquisa em relação a todos para os homens (...) Hoje, por falta de informação e acesso aos métodos anticonceptivos, restam à maioria das mulheres duas alternativas: a píluva vendida sem prescrição médica e sem a devida assistência, o que traz seqüelas às usuárias; e a esterilização, em grande parte realizada durante a cesariana e, muitas vezes sem a permissão da mulher. O alto número de cesáreas - 33% dos partos - acarreta riscos de saúde às mulheres e aos nascituros.

Esta situação que penaliza as mulheres, principalmente as mais pobres, deverá ser tratada como problema de saúde pública. Nos casos de aborto previstos em lei é imperativo que se normatize o aten-

dimento por toda rede pública de saúde.

O governo democrático popular deverá tomar as iniciativas necessárias, para garantir a cidadania das mulheres.

Dívida Externa

Neste tema foram levadas a plenário duas emendas cuja diferença central residia no ponto da suspensão do pagamento da dívida. A proposta minoritária defendida por Markus Sokol, Vera Gomes e Ivan Valente, a emenda rejeitada dizia, resumidamente: “(...) O governo democrático e popular denunciará os acordos de pagamento da dívida externa firmados pelo atual governo. Rompidos esses contratos, desenvolveremos uma política em relação à dívida externa compatível com os pressupostos do programa de desenvolvimento econômico e social do governo democrático popular.

Para concretizar o nosso programa de reformas democráticas e populares, para preservar o nível de reservas cambiais e a capacidade de investimentos do Estado, o governo suspenderá o pagamento da dívida externa. Criará condições para a realização de uma auditoria eficaz, enfrentando a intolerância até aqui demonstrada pelos credores em relação ao tratamento soberano desta questão.”

Emenda aprovada

A íntegra da emenda aprovada - defendida por João Machado, José Direceu e Rui Falcão - é a seguinte: “Há que se destacar o agravamento recente da conjuntura financeira internacional, em especial no que diz respeito à América Latina, com suas conseqüências em termos de fuga de capitais no México, Vene-

zuela e Argentina, entre outros países. No caso brasileiro, a política irresponsável de juros elevados - que agrava a situação das finanças públicas e impõe um serviço para a dívida interna federal que poderá alcançar níveis recordes em 1994 - está sendo incapaz de evitar a fuga de capitais especulativos, que em tempos recentes incharam artificialmente nossas reservas cambiais. Soma-se a isso a ameaça de um programa de dolarização da economia que produzirá uma redução do superávit comercial e déficits crescentes no balanço de pagamentos, podendo desembocar em um processo recessivo e em crise cambial.

Nesse contexto, o governo brasileiro, em fim de mandato e politicamente fragilizado, assinou com os credores privados internacionais um acordo desfavorável ao país, que procura constranger o futuro governo e aumenta a pressão sobre o balanço de pagamentos e o orçamento público. Em conseqüência desse acordo, de acordos anteriores e da dívida nova contraída nos últimos anos, o pagamento bruto de juros e principal elevar-se-á ao patamar de 17 a 20 bilhões de dólares por ano, o que tende a comprometer a solidez das contas cambiais e constitui grave ônus para conjunto do setor público, criando obstáculos à estabilização monetária e à retomada do desenvolvimento econômico em novas bases, com a formação de um mercado interno de massas.

É impossível alcançar um processo de estabilização econômica sem que se equacione essa problemática. Além disso, qualquer tentativa de manter a postura de sempre atender aos credores, terá, agora como no passado, altíssimo custo social e

comprometerá a realização de reformas estruturais. Os acordos firmados com os credores, inclusive o recém-concluído, são nocivos aos interesses do país. O governo tomará as iniciativas necessárias para levar a sociedade brasileira e aos fóruns internacionais apropriados a contestação dos acordos firmados com os credores e retomará negociações em termos compatíveis com os pressupostos do nosso programa de desenvolvimento econômico e social.

A imensa drenagem de recursos para o exterior é incompatível com o programa democrático-popular, que aponta para a recuperação da capacidade de investimento do setor público em áreas estratégicas, a ampliação do gastos sociais e a implantação de um expressivo conjunto de reformas estruturais.

Se mantida a intransigência dos credores internacionais, diante da necessidade de preservar o nível de reservas internacionais e a capacidade de investimento do Estado, o governo suspenderá o pagamento da dívida para concretizar o nosso programa de reformas democráticas e populares, além de garantir condições para a realização de uma auditoria eficaz.”

Outras deliberações

Além destas emendas, cabe ainda ressaltar o resultado de outros debates realizados no 9º EN. O Projeto de Programa foi mantido, com incorporação de emendas, nos pontos relativos a “Amplas Setoriais”, “Forças Armadas”, “Renda Mínima”, “Política em relação às privatizações e concessões”, “Lucros especulativos” e “Política salarial”.

Foram incorporados integralmente textos substitutivos, elaborados em reuniões nacionais dos sub-grupos setoriais e acatados pela Comissão de Sistematização. Foram incorporados também textos substitutivos para os temas de Comunicação e de Saúde.

Novo textos sobre Cultura, Liberdade Religiosa, Ciência e Tecnologia, Energia, Mineração e Seguridade Social também foram incorporados.

RESOLUÇÃO SOBRE TÁTICA

A conjuntura e a campanha

O documento sobre conjuntura e campanha eleitoral, aprovado no 9º Encontro Nacional do Partido, afirma que as eleições presidenciais dominam a conjuntura política do País e se dão num quadro de recessão, desemprego, inflação e miséria; mas, ao mesmo tempo, numa situação em que, tanto no Brasil quanto em outros países, a resistência dos trabalhadores às tentativas de imposição do modelo neo-liberal criou condições favoráveis ao avanço do campo democrático e popular.

No Brasil, em particular, a derrota da Revisão Constitucional, a fragilidade do Governo Itamar, a inexistência de projetos consistentes, bem como de lideranças reconhecidas, por parte das classes dominantes, tornam ainda mais provável uma vitória eleitoral e política do PT e de seus aliados, numa inédita mudança na correlação de forças no País.

As outras forças

O documento também faz uma análise das demais forças políticas e do quadro sucessório tal como se apresenta neste momento. Fernando Henrique Cardoso apresenta-se como o candidato das elites e, nesse sentido, procura aglutinar em torno de si todas as forças conservadoras numa grande frente anti-Lula, comprometida com a defesa do neo-liberalismo e da manutenção da situação tal como está. A desistência de Maluf e sua substituição por Amin não devem alterar fundamentalmente o quadro sucessório, a não ser no sentido de que o candidato da extrema direita poderá funcionar como linha auxiliar da candidatura de centro-direita. Na mesma linha, o documento procura mostrar que a aliança PSDB-PFL não é tão estranha como poderia parecer, já que a trajetória do partido de Fernando Henrique, sustentando o Governo Itamar, não poderia terminar de

forma diferente.

O PMDB, por sua vez, debate-se entre a volta de figuras do passado, como Sarney, e as inúmeras acusações de irregularidades que pesam sobre Quéricia e seus auxiliares mais diretos. A prévia do PMDB, que se dará nos próximos dias, poderá abrir uma séria crise no PMDB, diminuindo as chances de haver um candidato peemedebista na polarização final com Lula. Brizola, por sua vez, não parece mais deter absoluto controle de seu partido, como tradicionalmente fazia, e muitos políticos pedetistas já demonstraram simpatia pela candidatura Lula.

Apesar de todos esses fatores, o documento - aprovado dias antes da publicação das últimas pesquisas de intenção de votos - não considera que as eleições já estejam definidas, e adverte contra os riscos do clima do “já ganhou!”, mostrando que a campanha será dura e trabalhosa, e que a militância petista será fundamental na verdadeira “guerra” que a direita e os conservadores farão, com todas as armas e sem quaisquer escrúpulos, para barrar a vitória das forças democráticas e populares.

Finalmente, o documento aponta as principais linhas de campanha: a procura de alianças com base nas resoluções do 8º Encontro e no Programa de Governo; ênfase na diferença e na polarização; a compreensão de que a eleição de Lula é um passo na direção de profundas reformas econômicas, sociais e políticas no Brasil; o enraizamento na mobilização popular como garantia não só da campanha quanto da própria governabilidade; nessa linha, um dos principais pontos do documento trata da disseminação dos Comitês Lula Presidente e da realização de um grande Encontro Nacional representativo de todas as forças que apoiam sua candidatura.

INTERNACIONAL**Presenças importantes**

Estiveram presentes ao 9º Encontro Nacional do PT os seguintes convidados internacionais: Ibrahim Al Zeben - Delegação Especial Palestina - OLP; Thomas Fatheuer - Centro de Doc. sobre América Latina - Alemanha; Jorge Makarz - Frente pela Democracia Avançada - Argentina; Juan Carlos Zabalza - Part. Socialista Popular - Unid. Socialista - Argentina; Fernando Pino Solanas e Mary Sanchez - Frente Grande - Argentina; Patrício Echegaray - Part. Comunista-Frente Grande - Argentina; Luis Bilbao - Revista Crítica - Argentina; Mara Ochos - Partido Socialista Democrático - Austrália; Gonzalo Martner Fanta - Part. Socialista Chileno; Rodrigo Molina - Partido Comunista - Chile; José Arbesú Fraga - Partido Comunista - Cuba; Fernando Serrano - Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE) - Espanha; Jordi Guillot - Iniciativa Pela Catalunha-Esquerda Unida - Estado Espanhol; Maria Teresa Martínez Pardo - Esquerda Unida - Estado Espanhol; Dany Canivet - Partido Comunista - França; Arturo Huerta - Partido da Revolução Democrática - México; Luis Alonso - Concertación Democrática e Social - Paraguai; Derlis

Rubén Torres - Partido Revolucionário Febrerista - Paraguai; Octavio Pato - Partido Comunista Português - Portugal; Max Puig - Aliança pela Democracia - Rep. Dominicana; Emilio Mancilla - Partido Socialista - Frente Ampla - Uruguai; Raúl Campanella POR (Posadista) Frente Ampla - Uruguai; Jaime Perez Frente Ampla - Uruguai; Pablo Medina, David Paravisini, Ali Rodrigues Araque e Roger Capella Mateo - Causa Radical - Venezuela.

Núcleos

Estiveram presentes, representando núcleos petistas no exterior, os seguintes companheiros: Maria Sueli Peres - Bélgica; Vanda Pignato - El Salvador Teo Sánchez - Espanha

Representações diplomáticas

Estiveram presentes, ainda, representantes das embaixadas dos seguintes países: Alemanha, Angola, Argentina, Canadá, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Finlândia, do Governo Legítimo do Haiti, Índia; (Ali Majedi) Irã, Iraque, Israel, Itália, Líbia, Noruega, Países Baixos, Palestina, Rússia e Venezuela.

Mensagens recebidas

Workers' List Party - África do Sul; PDS - Alemanha; SPO Áustria; Movimiento Bolivia Libre - Bolívia; CC.OO. - Estado Espanhol; Committees of Correspondence - Estados Unidos; Parti des Travailleurs - França; coalition of Left Progress - Grécia; Partido Democrático della Sinistra - Itália; Partido Revolucionário Democrático - Panamá; Partido Unificado Mariateguista - Peru; Partido Socialista - Portugal; Socialdemokraterna - Suécia; Frente Amplio - Uruguai; Intendente Tabaré Vazquez - Uruguai; Movimiento al Socialismo - Venezuela; Movimiento Patria Libre - Paraguai; Frente Sandinista de Libera-

ción Nacional (FSLN) - Nicarágua; Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional - El Salvador; Ruben Ignacio Zamora - candidato a presidência de El Salvador pela Coalición de Izquierda - FMLN/Convergencia/MNR; Republican Sinn Féin - Irlanda; Concertación Democrática - República Dominicana; Partido comunista - Uruguai; Bloque Unidad Socialista - Argentina; Partido Comunista - Colombia; Parti Socialiste - França; Ricardo Canese (concertación Democrática y Social) - Paraguai; Partido Comunista - França; Ramon Cabrera (Junta Departamental de Montevideo) - Uruguai.

POLÍTICA DE ALIANÇAS**Resolução sobre Rondônia**

As alianças aprovadas nos Encontros de Rondônia e do Ceará levantaram muita poeira. Contrariando resolução do 8º EN, a aliança com o PMDB em Rondônia foi rejeitada pelo Diretório Nacional através desta resolução referendada pelo 9º Encontro:

O 9º Encontro Nacional do PT, avaliando a aplicação da política nacional de alianças no Estado de Rondônia — considerando a centralidade da campanha Lula Presidente; considerando a complexidade do quadro estadual de Rondônia; considerando o recurso apresentado ao 9º encontro Nacional por militantes do PT-RO, contra a participação do PMDB — Rondônia no arco de alianças que está se construindo naquele estado — decide:

a) determinar que o CDR de Rondônia inicie imediatamente

o processo de construção de candidatura própria ao governo do estado;

b) delegar à CEN o acompanhamento eleitoral de Rondônia e na hipótese do PMDB local apoiar a candidatura Lula, apreciar e se posicionar sobre o mérito do recurso apresentado por filiados de Rondônia contra a decisão do Encontro Estadual, podendo para isso a CEN convocar novo Encontro Estadual.

Brasília, 1º de maio de 1994.
9º Encontro Nacional do PT

Alianças no Ceará

O Encontro Estadual do Ceará votou por uma aliança com o PSDB. O DN, entretanto, encaminhou ao Encontro Nacional uma resolução — aceita pelos dirigentes do PT-CE — reafirmando a necessidade de candidatura própria.

1. Considerando que a Resolução do Encontro Estadual do Ceará — mesmo aplicando a política de alianças nos limites do que foi determinado pelo VIII Encontro Nacional — apresenta desacordo com as orientações da Comissão Executiva Nacional;

2. Considerando a aliança nacional entre o PSDB e o PFL;

3. Considerando o caráter conservador desta aliança, que compromete o PSDB com a defesa de uma política econômica neoliberal;

4. Considerando a inconveniência política de uma aliança do PT com o PSDB cearense, em razão de suas repercussões a nível nacional;

O IX Encontro Nacional do PT orienta o Partido no Ceará a encaminhar sua política aprovada no XI Encontro Estadual, retomando contatos com PCdoB e PSB, a fim de lançar candidatura própria ao governo do Estado.

Brasília, 1º de maio de 1994.
9º Encontro Nacional do PT

RELAÇÕES INTERNACIONAIS**Violência contra grevistas**

A violência policial e militar contra os grevistas no Paraguai já causou a morte de um trabalhador e ferimentos a outros 30 grevistas além de um jornalista, no dia 2 de maio. A Secretaria de Relações Internacionais solicita que mensagens de repúdio a tal violência sejam enviadas por fax-símile ao Presidente da República do Para-

guai, com cópia para o companheiro Luis Alonso para sua divulgação na imprensa paraguaia, nos seguintes números:

Juan Carlos Wasmosy/ Presidência da República/Palácio de López - 00 595 21 442 774 (Assunción); Luis Alonso - 00 595 21 443 136 / Haedo 347 - 2º piso - Assunción - Paraguai

Mandela Presidente

A deputada Benedita da Silva, como coordenadora da Comissão Especial do Parlamento Brasileiro, em missão oficial à África do Sul, fez um pequeno relato aos delegados do 9º Encontro Nacional sobre o acompanhamento deste processo.

“Observamos a utilização de um sistema eleitoral de muita transparência, coordenado por uma Comissão independente, integrada por personalidades locais e estrangeiras. A eleição foi realizada em quatro dias, sendo o 1º dia destinado a portadores de deficiência, gestantes e idosos, atestando o caráter democrático, aberto e

inovador da eleição.”

Nosso candidato a presidente da República enviou ao presidente Mandela a seguinte mensagem:

“Querido irmão, quero transmitir-lhe o sentimento de alegria e emoção de nosso Partido por sua extraordinária vitória nas eleições presidenciais. Espero que muito em breve possamos instaurar um nova era das relações do Brasil com a África do Sul livre e, por esta razão, em condições de desempenhar um papel fundamental na construção de uma ordem internacional justa e democrática. Espero poder abraçá-lo pessoalmente em breve.”

AGRÁRIA**Campanha no meio rural**

Como fazer campanha no meio rural? Para responder a esta questão os secretários agrários regionais do partido, reunidos na véspera do 9º Encontro, esboçaram 13 pontos de atuação. Entre estes pontos destaca-se a dedicação especial aos programas de rádio — que no meio rural tem maior inserção do que a TV. Há a idéia, entre outras, de veicular uma entrevista padrão com Lula, sobre os principais pontos do Programa para a Agricultura, fora dos horários de propaganda oficial.

Para divulgar o Programa pretende-se também produzir vídeos — um de caráter nacional e outros regionalizados — e uma cartilha

popular, que além de traduzir os principais pontos do Programa, seja convincente o bastante para que o trabalhador saia em sua defesa.

Outro ponto que merece destaque fala sobre a realização de uma lista das coisas que Lula não vai fazer — como desapropriar áreas menores de 500 hectares, tirar uma propriedade de quem tem duas etc — e elencar outros argumentos que permitam enfrentar a direita.

Outro ponto de ação de campanha prevê, para o dia 25 de julho, um grande ato de lançamento do Programa para a Agricultura e atos regionais específicos para pequenos agricultores, sempre com a presença de Lula.

FEDERAL**Acordo político livra Fiúza**

Nota divulgada pela Bancada

Um acordo dos grandes partidos que têm deputados envolvidos na corrupção do orçamento permitiu que o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) escapasse, na Comissão de Constituição e Justiça, por 30 votos a 22 (com duas abstenções), de uma recomendação ao plenário da Câmara de cassação de seu mandato por falta de decoro. Fiúza foi um dos parlamentares implicados pela CPI da Corrupção no Orçamento e, ao lado do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), é considerado o parlamentar de maior peso político entre os denunciados.

O parecer do relator, deputado Hélio Bicudo, apesar de sua característica eminentemente técnica e factual, foi alvo de sistemáticos ataques políticos. O deputado acrescentou uma série de fatos e argumentos às denúncias e arrazoados encaminhamentos à Comissão de Justiça pela Mesa da Câmara que, por sua vez, limitou-se a reproduzir o relatório encaminhado a ela pela CPI.

Corrupção

As principais peças de acusação são as seguintes:

1) inclusão de emendas ao Orçamento Geral da União de 1992 após a aprovação da matéria pelo plenário do Congresso; a omissão do acusado quando, nas conclusões de presidente da Comissão Mista de Orçamento e, em seguida, de

ministro do Bem Estar Social, deixou de providenciar a alteração dos critérios de distribuição criminosa e/ou fisiológica de subvenções sociais; c) na condição de parlamentar, contraiu empréstimo junto à Caixa Econômica Federal em condições favorecidas; na condição de parlamentar, obteve da Companhia Energética do Maranhão, gratuitamente, a eletrificação de uma fazenda de sua propriedade naquele estado; e) diversas irregularidades registradas pelo relatório da Subcomissão de Assuntos Patrimoniais da CPI do Orçamento.

Em seu pronunciamento final, Hélio Bicudo respondeu aos parlamentares que insistiam na ausência de fatos concretos contra o acusado, lembrando que o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, já tem, pronta e formulada, denúncia contra o deputado Ricardo Fiúza por crime de falsidade ideológica. Em outro trecho de seu pronunciamento, Bicudo comenta declaração do deputado Nelson Jobim — um dos principais defensores de Fiúza na sessão — segundo a qual empréstimo bancário não é crime: “Viva o conselheiro Acácio. O ilustre parlamentar deveria perceber que não se trata de mero empréstimo, mas de atos financeiros a dano do erário público — parte-se de uma dívida de US\$ 170 mil e chega-se a um débito superior a US\$ 5,5 milhões”.

CUPOM DE ASSINATURA

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____ Telefone _____

Cidade _____ UF _____

Assinatura semestral (12 edições) 6,5 URVs

Assinatura anual (24 edições) 13 URVs

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Processo anulado



Foto: Paula Simas

Angela comunica a anulação do processo ao 9º ENPT

Quarenta dias após o início do “processo” de impedimento da prefeita de São José dos Campos (SP), Angela Guadagnin — tempo em que os opositores se dedicaram furiosamente a uma campanha difamatória contra a prefeita —, o parecer do promotor da Justiça, Celso Marcio da Silva Ramos, atingiu a manobra na jugular. No dia 25 de abril, um despacho do promotor à 1ª vara Cível considerou nula a votação da Câmara que aco-

lheu o pedido de cassação. Além da inconsistência de seu teor, o pedido foi aprovado por maioria simples, quando a legislação exige um mínimo de dois terços dos votos. Com tanta superficialidade, nem a Promotoria Pública conseguiu enxergar no pedido de cassação qualquer traço de consistência. O tiro saiu pela culatra. O parecer da promotoria carimba oficialmente a legitimidade que a prefeita recebeu da população nas eleições.

IPATINGA

A cartilha da discórdia

A demissão de 380 funcionários públicos em Ipatinga (MG) deflagrou uma crise entre a prefeitura — petista — a bancada e o Diretório Municipal do PT e o Sindicato dos Servidores. Os vereadores ameaçam romper com o prefeito e “condená-lo ao isolamento”. Os demitidos foram reprovados no concurso público realizado pela administração para preenchimento de vagas no Executivo. Participaram do concurso 10.750 candidatos, com 6.260 aprovados.

A origem da briga é uma cartilha publicada pela administração do prefeito João Magno (PT), orientando os servidores sem estabilidade a participarem do concurso.

“A cartilha garantia que não haveria de ser a lista dos reprovados”, conta o secretário-geral do PT de Ipatinga, Gilberto Lainha. “Depois, com o pretexto de enxugar a máquina, aconteceram as demissões”.

Ipatinga, cidade de 200 mil habitantes no Vale do Aço, está em sua segunda gestão petista. O concurso público para a regularização da situação dos servidores é uma das bandeiras do PT e do chamado “Modo Petista de Governar”. A direção estadual do PT em Minas Gerais está acompanhando o caso e designou uma comissão para conversar com as partes. “Nós apostamos numa solução negociada para o caso”, diz o Secretário Geral, Marcos Flora.

RIBEIRÃO PRETO

Saindo das ruas

Os adolescentes carentes de Ribeirão Preto (SP) contam agora com uma chance de reiniciar seus estudos e aprender uma profissão. Em parceria com o Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE, a administração do petista Antonio Palocci criou o Programa de Iniciação Profissional para Adolescentes com Baixa Escolaridade e História Anterior de Vivência de Rua.

A Secretaria de Educação do município abriu salas de aula especiais para os adolescentes

assistidos pelo programa, a Secretaria de Bem Estar acompanha o desenvolvimento dos alunos e o PNBE garante o estágio dos meninos nas empresas da região. Trinta adolescentes entre 14 e 18 anos formam a turma inicial do projeto, iniciado no mês de março. Além de acompanhar o desenvolvimento escolar e no trabalho, a prefeitura realiza um trabalho junto às famílias dos adolescentes para evitar que eles sejam incentivados a voltar às ruas no intervalo entre as duas atividades.

Leia, assine, anuncie

TEORIA & DEBATE

“Hoje, podemos discutir os problemas nacionais livremente. Quem tem medo do comunismo, este sim é dinossauro”. Esta afirmação — que parece baralhar todas as cartas precariamente alinhadas do PT — não é de qualquer dirigente ou dirigente das tendências mais à esquerda do partido,



“carinhosamente” chamados de jurássicos. Mas, do comandante da Escola Superior de Guerra, brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, em entrevista à Teoria & Debate, em sua 24ª edição.

A revista traz ainda o ensaio fotográfico “64 nunca mais” sobre a resistência durante os anos da ditadura militar; um debate sobre o Projeto Calha Norte e outro sobre o que fazer com a dívida externa. O lançamento desta edição, em São Paulo, será no dia 18 de maio, quarta-feira, às 19 horas, no Sindicato dos Jornalistas, à rua Rego Freitas, 530, juntamente com o vídeo “Viva o povo brasileiro”, sobre as lutas no Brasil durante os últimos 30 anos, produzido pela TVT-TV dos Trabalhadores e dirigido por Alípio Freire.